

DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

O que geógrafas e geógrafos têm a aprender com Amartya Sen?

André Souza Martinello

Bolsista Capes, Mestrando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Desenvolvimento Rural – PGDR
Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Historiador pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
andresoumar@gmail.com

Uma leitura lenta, prazerosa e com paciência pode resultar primeiramente no entendimento por parte de quem lê, das principais idéias presentes no livro de Amartya Kumar Sen, publicado no Brasil pela editora Companhia das Letras: *Desenvolvimento como Liberdade*. Agora, para além do entendimento do que diz o autor e das suas sugestões de análises, cabe antes estar aberto à reflexão sugerida. Em outras palavras, para quem pretende ir além e ultrapassar a simples, mas importante, compreensão do que diz o autor é necessário desprover-se de, pelo menos, dois (pré)conceitos ao menos.

O primeiro é a discussão a respeito do Desenvolvimento, como se esse tema fosse de alguma agenda passada e não mais academicamente e social justificável ou necessário; estar disposto a debatê-lo e trazê-lo a tona com novas roupagens e com novas problemáticas de análise são, em certa medida, importantes novidades. Aqui entra, por exemplo, a noção de Desenvolvimento que pode ser interpretada a respeito da emancipação das mulheres, da busca de direitos e igualdades de gênero, ou ainda, as limitações e impedimentos sociais que alguns grupos, como negros, convivem mesmo em países de elevada produção de riqueza e capitais (condição dos negros nos EUA é o principal exemplo), temas debatidos por Sen nessa obra. Portanto, se havia alguma noção clássica ou identidade comum acerca do entendimento do que seja Desenvolvimento, a leitura da obra de Sen possibilita traçar novos aspectos interpretativos. Para evitar reducionismo, aos leitores é necessário não buscar encaixar a idéia de Sen nos antigos debates, escolas e propostas que refletiam sobre Desenvolvimento.

O segundo conceito que cabe uma importante análise principalmente para um país como o Brasil, (que tem dificuldade em manter debates públicos e políticos com posições claras e papéis definidos seja para ações de mandatários das instituições e das ações das próprias pessoas) é sobre Liberdade. É necessário afirmar que não há muito espaço nessa obra de Amartya Sen para quem buscar legitimar o neoliberalismo ou o *laissez faire* da mercantilização. Qualquer tentativa de buscar enquadrar as reflexões de

Sen em paralelo ao neoliberalismo que recentemente tem-se acompanhado e desembocado em crises sistemáticas, é antes desvirtuar o pensamento do autor, ou colocar idéias e palavras em seu texto. Vale ressaltar que Liberdade não é necessariamente liberalismo econômico ou desregulamentação da vida social, muito pelo contrário. É alto e caro o preço intelectual de reduzir o pensamento de Sen ao debate da economia de mercado, principalmente porque em suas obras há muito mais margem, argumentação e interpretação que permitem criticar o neoliberalismo e propor novas alternativas sócio-econômicas do que propriamente criticá-lo por algo que o próprio autor não afirmou.

Essas atenções especiais e vigilância sobre pré-concepções de Liberdade e Desenvolvimento possibilitam compreender a relevância dos temas abordados por Sen, bem como apontar novas reflexões e incrementar o debate no Brasil da democracia, da capacitação, da ampliação de liberdades, da autonomia social e do desenvolvimento sócio-ambiental.

Mas, a que pode servir, às geógrafas e os geógrafos, o livro *Desenvolvimento como Liberdade?* Principalmente aos profissionais que tanto pretendem atuar em planejamentos, como educação, ou ainda buscando reflexões teóricas para suas pesquisas, seja em relação às questões ambientais, sociais, econômicas e até mesmo culturais. A interface da Geografia com demais áreas e setores do conhecimento, como costuma-se realizar, é uma característica no discurso das geógrafas e geógrafos brasileiros. Embora Milton Santos (2002, p.128) tenha afirmado na conhecida obra *Por uma Geografia Nova* de que “A geografia padece, mais do que as outras disciplinas, de uma interdisciplinaridade pobre [...]”¹, sabe-se do não temor pela inter-disciplinariedade e associação conceituais e ferramentais que sempre enriquecem as análises e os trabalhos em Geografia, dessa forma, a obra de Sen é mais uma interessante possibilidade para reflexão e crescimento epistemológico. Para aqueles que também estejam dispostos a se inserir no debate acerca da emancipação sociopolítica, da autonomia, da participação e *democratização da democracia* a obra de Amartya Sen é leitura obrigatória. Apresenta-se a seguir, aspectos considerados de destaque nesse livro de Sen. A intenção é apresentar aspectos que não estejam diretamente ligados à Geografia, mas que podem ser associados e relacionados às respectivas pesquisas e problemáticas abordadas. Faz-se a ressalva de que o espaço limitado das resenhas são configurações metodológicas importantes para que seja uma rápida e sintética notícia e comentário especializada de determinada obra. Em um primeiro momento, pode parecer

exagerado em extensão o texto que forma essa resenha, a opção foi permanecer um texto que conseguisse traçar uma síntese das valiosas idéias de Amartya Sen, estimulado para a leitura integral do livro, que é indispensável nesse reaquecimento do debate sobre Desenvolvimento.

Se há uma palavra que possa sintetizar e apresentar (como faz o título), grande parte da idéia presente ao longo do livro é: Liberdade, tema que Sen propõem trazer ao debate acompanhado da proposta e de concepções de Desenvolvimento. Em primeiro lugar é necessário ressaltar que não se trata de simplória discussão sobre liberalismo ou pregação da necessidade de restringir o papel do Estado (o autor defende a necessidade de ampliar as oportunidades sociais). Uma das principais novidades da reflexão desse indiano, de uma maneira bem generalista é: entender a Liberdade como *causa e consequência* do Desenvolvimento.

Talvez o mérito primordial de Amartya Sen também esteja na própria condição *aberta e reflexiva* da sua análise, nesse sentido, diferencia-se sensivelmente de teorias da economia e da política que costumamos posicionar como sendo de "esquerda" ou de "direita" e, que muitas vezes acabam por desejar "impor verdades". O autor se apresenta como diretor de Banco que foi (Banco Mundial) e com uma posição oposta à arrogância muitas vezes comum nas propostas e ações dos planejadores dessas Instituições e órgãos. Amartya Sen vai mais longe, ao apresentar os próprios limites dessas instituições (como o próprio Banco Mundial), órgãos de desenvolvimento, políticas sociais e governos. Em certo sentido, coloca em cheque a própria existência dessas instituições, quando contribuem negativamente ao “desenvolvimento como (e com) Liberdade”; Sen chega a apontar que seus colegas (economistas ou não) apresentam a costumeira dificuldade de enxergar determinadas posições que escapam ao crescimento econômico ou a modernização da economia. A participação sócio-política, por exemplo, é um fator muito pouco levado em conta nas avaliações sobre Desenvolvimento, nas palavras do autor (SEN, 2000, p.47):

A questão da participação também é central para alguns dos problemas básicos que tem minado a força e o alcance da teoria do desenvolvimento. Por exemplo, argumentou-se que o desenvolvimento econômico do modo como conhecemos pode, na realidade, ser danoso a um país, já que pode conduzir à eliminação de suas tradições e herança cultural. Objeções desse tipo são com frequência sumariamente descartadas com o argumento de que é melhor ser rico e feliz do que pobre a tradicional.

Sen aponta sistematicamente que a interpretações que buscam reduzir o Desenvolvimento aos traços do desempenho econômico de uma nação, ao crescimento

do PNB – Produto Nacional Bruto ou a industrialização e eficiência tecnológica. Tais noções formaram uma visão estreita do que seja Desenvolvimento, por não incluir diversas outras parcelas da vida e da organização social, seja a participação e a Liberdade, ou seja, a condição da mulher (e relações de gênero), tema esse que Sen chega a dedicar um capítulo inteiro (capítulo 8). As visões "simplistas", parece dizer Sen a respeito das teorias de Desenvolvimento, não conseguem nem ao menos perceber como crucial a participação política e a Liberdade, sendo constitutivas do próprio Desenvolvimento.

Entende-se que Sen é sensível há duas concepções de análise gerais e que inclusive valoriza a necessidade de se colocar em diálogo as relações mais conjunturais e os papéis dos indivíduos. Primeiro, não sendo um estruturalista determinista, Sen observa as condições sociais como possibilidades e *barreiras* aos interesses pessoais, contudo, não chega a reduzir o indivíduo do "self-made man." Nas palavras de Sen, há uma *simultaneidade* nas condições de escala da estrutura e das opções cotidianas individuais (p10):

[...] a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. Existe uma acentuada complementaridade entre a condição de agente individual e as disposições sociais: é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual.

O segundo ponto que deve ser reforçado é que a “estrutura” ou a condição social em que o indivíduo está inserido, pode, segundo Sen, limitar as oportunidades do que as próprias pessoas considerem o que seja o "bem-estar". Assim, esse autor afasta-se totalmente das concepções neoliberais que não compreendem a "inexistência do Estado" como possível complicador da vida das pessoas (em determinadas situações). Por isso, argumenta Amartya Sen: o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidade econômica e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos Estados repressivos.

Há que se remeter ainda, além da posição do autor que sinaliza a intenção de propor um sincero debate, – ao menos apresenta no seu discurso a intenção de dialogar – busca evitar cair na contrariedade de propor um livro sobre Liberdade impondo uma visão restrita, Sen afirma que sua obra pretende ser uma discussão pública de mudança social e está aberta às críticas. Segundo ainda sua posição democrática e de levar em conta a Liberdade como **meio** e **fim** do Desenvolvimento, Sen fala de maneira simples e

direta a economistas, "desenvolvimentistas" e outros planejadores, o que em certo sentido a Antropologia e cientistas sociais em geral e historiadores vêm há muito tempo reforçando. A necessidade de levar em conta e valorizar os meios e formas de vida que as pessoas optaram por seguir, suas cosmologias, a auto e livre determinação dos povos e principalmente o respeito às diversidades sócio-culturais. Sintetiza e posiciona-se de uma maneira muito interessante o autor dessa obra (p. 47):

Se um modo de vida tradicional tem de ser sacrificado para escapar-se da pobreza devastadora ou da longevidade minúscula (que é como vivem muitas sociedades tradicionais há milhares de anos), então são as pessoas diretamente envolvidas que têm de ter a oportunidade de participar do que deve ser escolhido.

A partir da citação acima, torna-se evidente o papel democrático que deve assumir cada vez mais as instituições que pretendem adquirir um papel público, caso contrário há que questionar a legitimidade dos próprios planos, planejadores e executores de propostas de Desenvolvimento. Nesse sentido, a importância da participação e da Liberdade como geradora e resultado de Desenvolvimentos, coloca, em pauta, o autor, tanto o nível das comunidades tradicionais ou outras que estejam escolhendo seus destinos de acordo com sua possibilidade.

Nota

¹ SANTOS, Milton (1926-2001). “**Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia e uma Geografia Crítica.**” São Paulo: editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 2002. p.128.

Livro

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 410 p.